



CODESRIA

12th General Assembly
Governing the African Public Sphere

12e Assemblée générale
Administrer l'espace public africain

12a Assembleia Geral
Governar o Espaço Público Africano

ةي عم جلا ةي موم علا ةي ن اشل ارشع
حكم الفضاء العام الإفريقي

Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres

Aline Afonso Pereira
ISCTE, Universidade de Lisboa



07-11/12/2008
Yaoundé, Cameroun

O processo de abertura económica e transição para o multipartidarismo em Angola (início dos anos 90) permitiu o surgimento de um espaço para participação pública e em consequência o desenvolvimento da sociedade civil angolana. Entretanto, a falha dos acordos de Bicesse e o conseqüente reinício do conflito (1992), fez com que todo o esforço de participação já iniciado entrasse em retrocesso. A paz alcançada em 2002 com o *memorandum* de Luena permitiu uma nova re/construção deste espaço.

A considerar que a sociedade civil angolana está em fase de estruturação e desenvolvimento e para compreender o papel das organizações da sociedade civil – OSC na construção de um espaço público de discussão em Angola, este artigo tem como objectivos: a) compreender como se estruturou e quais as principais componentes do actual espaço público de discussão em Angola; b) perceber até que ponto as situações de conflito constrangeram a participação; c) analisar a contribuição das mulheres na estruturação do actual espaço público de discussão e da sociedade civil angolana.

O presente texto está dividido em três partes, a primeira aborda a estruturação da sociedade civil angolana, a sua actuação como mecanismo de participação social e os constrangimentos ao espaço publico e à sociedade civil; a segunda examina três estratégias de participação utilizadas pelas mulheres em Angola: participação em organizações político-partidárias, participação em organizações da sociedade civil, participação política directa; a terceira busca analisar a questão do espaço público no contexto das recentes eleições legislativas de Angola.

Parte 1 – Estruturação, actuação e constrangimentos ao espaço publico e à sociedade civil angolana

A questão da participação no espaço público em Angola é um fenómeno recente e em desenvolvimento, os angolanos ainda estão a aprender a participar. Tal situação deve-se a um conjunto de factores: ao modelo de administração colonial, dependente da vontade exclusiva da metrópole, também imersa desde 1926 em um regime ditatorial²; ao comportamento e estrutura dos movimentos de libertação (as lideranças não tinham referências democráticas

¹ Aline Afonso Pereira é doutoranda em Estudos Africanos e Investigadora no Centro de Estudos Africanos do ISCTE (Lisboa-Portugal); Este trabalho beneficiou de uma pesquisa de campo realizada nos meses de Junho a Agosto de 2008 em Luanda. Para a elaboração deste trabalho, além da recolha documental, foram consideradas entrevistas realizadas em estruturas governamentais (nomeadamente o Ministério da Família e Promoção da Mulher - MIINFAMU), em ONG e outras organizações da sociedade civil, mediante o seu grau de envolvimento (directo ou indirecto) no processo de inclusão do género no mercado de trabalho.

²A considerar a ditadura militar de 1926 a 1933 e o período do Estado Novo de 1933 a 1974;

nem em Portugal nem nos países vizinhos nem nos países do leste europeu onde muitos dos líderes estudaram³); a falta de uma cultura democrática⁴.

Também a democracia angolana ainda é um processo novo e em construção, o país ainda está a definir as bases do seu sistema democrático. Angola tornou-se independente em 1975, no cenário da luta pela independência conduzida pelas três maiores forças políticas, o Movimento Popular de Libertação de Angola -MPLA, a União Nacional para a Independência Total de Angola - UNITA e a Frente Nacional de Libertação de Angola - FNLA e também em consequência da Revolução de Abril de 1975 em Portugal. Entretanto, o MPLA ao assumir o governo de Angola, no contexto da guerra-fria, opta por um sistema de partido único, extremamente hierarquizado, com uma economia centralizada e planificada, que devido ao conflito armado estava totalmente dominada pelo esforço de guerra⁵

De acordo com Abreu⁶, não obstante o contexto de guerra-fria e de guerra civil, os dois primeiros anos de independência foram caracterizados pela mobilização social construída em torno do sentimento de participação na construção de uma nação e na prática da liberdade de expressão, de reunião e de associação, que deu origem à eclosão de organizações de base, como comissões de moradores, associações culturais e profissionais, cooperativas de consumo e produção, entre muitas outras formas de associativismo. Entretanto, ainda de acordo com a autora, todo este processo sofreu um retrocesso com o golpe de Estado de 27 de Maio de 1977. A reacção do poder à tentativa de golpe e a transformação do MPLA em Partido do Trabalho em finais deste mesmo ano, fecharam o espaço público aos actores da sociedade⁷.

O processo de transição para o multipartidarismo (início dos anos 90) contribuiu para a reabertura do espaço público de participação e estruturação da sociedade civil⁸. Para

³ Pacheco 2006: 213;

⁴ O MPLA está no poder desde a independência e apenas duas pessoas ocuparam a presidência do país; José Eduardo dos Santos mantém-se no poder desde 1979;

⁵ 48% do Orçamento Geral do Estado estavam comprometidos com o esforço de guerra. A alta do petróleo nos anos 70 e a tendência de aumento da produção nos anos 80, geraram um grande aumento das receitas do Estado.

⁶ Abreu 2008: 101;

⁷ Uma “super-estrutura” repressiva foi então alicerçada para evitar desvios aos objectivos estabelecidos pela direcção do partido, marcando um retrocesso nos avanços conseguidos nos dois primeiros anos de independência. O espaço público ficou reduzido a um palco de ressonância para a difusão da posição do partido-Estado, modelo que se prolongou até finais dos anos oitenta. Neste período, as Igrejas eram as únicas instituições que preservaram alguma independência em relação ao Estado e emitiam as suas opiniões em nome dos angolanos. *Ibidem*;

⁸ Chabal analisa o surgimento da sociedade civil angolana de outra forma, para este autor foi apenas depois dos condicionalismos da ajuda exigirem eleições multipartidárias e participação da sociedade civil que estas mudanças ocorreram realmente, mas países como Angola, capazes de evitar os condicionalismos, podem e de facto resistem à democratização. O autor assinala ainda que não há uma sociedade civil contemporânea em África devido principalmente a três factores: a não dissociação da sociedade civil do funcionalmente do Estado, a dependência do financiamento externo e a instrumentalização destas organizações para fins políticos e para aceder aos financiamentos externos. Ainda de acordo com o autor as organizações dependentes do financiamento

Hodges⁹ as reformas democráticas de 1991 – 1992 acabaram com as restrições anteriormente impostas às ONG independentes e, salvo algumas exceções, aos meios de comunicação social privados. Ainda de acordo com o autor, antes de 1991, até as obras de beneficência em favor dos deslocados ou de outros grupos de necessitados, com raras exceções¹⁰, se encontravam ligadas às entidades do governo ou do partido no poder. Poucas ONG internacionais estavam autorizadas a entrar no país, e os programas de ajuda por parte dos doadores baseavam-se exclusivamente em acordos de cooperação bilateral, sendo a ajuda canalizada geralmente através dos ministérios.

No entanto, o sistema de partido único, hierarquizado, foi paulatinamente se enfraquecendo pela insuficiente participação popular, pela escassez de pessoal qualificado (o início deste período foi marcado pela redução da mão-de-obra especializada que, na sua maioria portuguesa, retornou em grande parte para a Europa), pelo crescimento da força da UNITA e pelo aumento da dívida externa. De acordo com Pacheco¹¹ é nesta altura, com a fragilização das instituições do Estado, que se abriu o espaço às OSC, sendo que em muitas circunstâncias, as administrações locais do Estado se apoiaram nas OSC para cumprir as funções mais elementares de prestação de serviços as cidadãos.

Neste contexto, a partir de 1991 com a Lei das Associações¹², são criadas a maior parte das organizações nacionais, inclusive o Fórum das ONG Angolanas - FONGA e o Comité das Organizações Não-Governamentais em Angola - CONGA (para a coordenação das ONG internacionais) e, como foi dito anteriormente, há um crescimento dos meios de comunicação social privados com a aprovação da Lei de Imprensa¹³. De acordo com Vidal¹⁴, a transição para o multipartidarismo e a economia de mercado trouxe ao país um largo número de OSC. Redes transnacionais juntaram activistas expatriados, comunidades locais e uma elite intelectual angolana marginalizada, incluindo quadros médios e superiores.

Com o reinício do conflito (devido a não aceitação dos resultados da primeira fase das eleições pela UNITA), as ONG nacionais e internacionais já estabelecidas foram o mecanismo utilizado pela comunidade internacional (com o apoio do sistema das Nações Unidas) para

externo são maioria e são justamente aquelas percebidas pelo Ocidente como as que agem da forma que a sociedade civil deve agir. Chabal 2008: XVII - XXXIII;

⁹ Hodges 2002: 123-124;

¹⁰ Alguns grupos ligados a Igreja, como a Caritas, tinham autorização para lançar programas de assistência social; *Ibidem*;

¹¹ Pacheco 2008: 116 - 117

¹² Lei n.º 14/91, 11 de Maio de 1991;

¹³ Lei n.º 22/91, 26 de Março de 1991;

¹⁴ Vidal 2008: 24;

fazer chegar a população angolana a ajuda humanitária. Ainda de acordo com Vidal¹⁵, à medida que a guerra recrudescia, a actuação das OSC centrava-se cada vez mais na ajuda humanitária, mas em vários casos articulada com uma multiplicidade de pequenos projectos de desenvolvimento. O crescente papel que as OSC passaram a desempenhar na década de 90 faz com que o Estado reveja a sua postura, buscando mais uma vez exercer um maior controlo sobre estas organizações. No que se refere a esta questão, Pacheco analisa:

“...o governo resolveu encorajar e apoiar a emergência e o fortalecimento de organizações que gravitassem na sua órbita e que funcionassem como “correias de transmissão” das suas políticas e estratégias, procurando minar o movimento, influenciá-lo e cooptá-lo. Sem uma linha autónoma de orientação, essas OSC limitam-se geralmente a distribuir bens de forma gratuita às populações - contribuindo para a cultura de desresponsabilização, paternalismo e promoção do clientelismo -, veiculam mensagens favoráveis ao partido no poder e por vezes organizam debates sobre questões da sociedade civil, no âmbito do que interessa ao governo. Estas OSC têm um acesso facilitado a fundos públicos, enquanto aquelas que não pertencem à esfera cooptada se debatem com sérias dificuldades, não só no que se refere ao acesso a tais fundos, mas também à relação com as instituições do Estado.” (Pacheco 2008: 116 - 117)

Mesmo num contexto autoritário e patrimonialista, as OSC deram um grande contributo para o processo de Paz de 2002 e estão a contribuir para o processo de democratização em curso em Angola. Questões como a defesa dos Direitos Humanos, justiça, saúde, educação cívica, terra e inclusão económica e social, dentre outras, são levadas ao espaço público pelas OSC angolanas. Entretanto, no entendimento das próprias organizações¹⁶, existe agora a necessidade de se reforçarem os mecanismos de coordenação para se maximizar o impacto da intervenção da sociedade civil. Ainda de acordo com estas, além do desconhecimento do quadro legal vigente por parte de alguns actores da sociedade civil e do Estado, dificultando o reconhecimento mútuo e a cooperação em situações concretas, os maiores desafios a serem vencidos pelas OSC de Angola são: o reforço dos mecanismos de comunicação e coordenação entre as OSC; a criação de canais de comunicação externa virados para a população; a necessidade de reforçar o diálogo com as

¹⁵ *Ibidem*

¹⁶ Relatório da Primeira Conferência Nacional da sociedade Civil 2007;

estruturas do Estado.

Parte 2 - Estratégias de participação utilizadas pelas mulheres em Angola

As mulheres têm dado um grande contributo para o desenvolvimento da sociedade civil em Angola, as organizações de mulheres têm trabalhado para a criação de um processo de dinâmica social que contribui para o despertar da consciência pública para as questões da paz e da participação, para os problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade angolana e para a inclusão da mulher no mercado de trabalho em condições de justiça e igualdade. Destacam-se os programas de sensibilização para a necessidade participação política e social (como os desenvolvidos pela Mulheres, Paz e Desenvolvimento – MPD), programas de apoio ao empreendedorismo (por meio Federação de Mulheres Empresárias de Angola – FMEA), acções de formação (desenvolvidas principalmente por organizações político partidárias como a OMA e a Liga da Mulher Angolana – LIMA), além do trabalho realizado pela Rede Mulher.

A Rede Mulher reúne as diversas organizações da sociedade civil angolana cujo foco são as questões de género e ainda outras organizações em que embora o género não seja a temática dominante desenvolvem projectos nesta área. A Rede Mulher começou a estruturar-se com a preparação da 4ª Conferencias das Mulheres em 1994, mas estabeleceu-se oficialmente em 1998, com a missão de promover oportunidades de igualdade entre homens e mulheres. A Rede Mulher trabalha as questões de género sob diversas vertentes - troca de informações, violência contra a mulher, promoção da paz, participação das mulheres no processo decisório¹⁷, saúde da mulher, integração das questões de género nos diversos projectos governamentais. Actualmente conta com mais de 80 membros, entre organizações não governamentais, de partidos políticos, de igrejas, cívicas. A actuação da Rede Mulher promove o desenvolvimento não só das organizações membros como da totalidade da sociedade civil por meio da promoção da participação e do debate, pontos fundamentais nas sociedades democráticas.

Algumas organizações de mulheres, que em muito contribuíram para o desenvolvimento da sociedade civil e para o processo de paz, actualmente têm tido uma postura menos activa, devido principalmente a falta de financiamento, a exemplo das “Mulheres Juristas” e das “Mulheres Jornalistas”. Durante o processo eleitoral de 2008 as organizações de mulheres da sociedade civil estiveram completamente afastadas do processo,

¹⁷ Capacitação das organizações membros como meio de “reforçar as capacidades das ONG emergentes e poderem ter um maior papel, poderem influenciar políticas positivas”; Entrevista concedida a autora por Emília Fernandes, Secretária-Geral da Rede Mulher, Luanda, Sede da Rede Mulher, Julho de 2005

a excepção de eventos: uma manifestação convocada pelo Governo Provincial de Luanda com o apoio da OMA em comemoração ao dia da mulher africana; uma acção de formação para mulheres líderes promovido pela Development Workshop – DW; e o lançamento de um livro sobre a participação da mulher na vida política pelo Fórum das Mulheres Políticas.

Em Angola a existência de uma estrutura específica para tratar das questões relacionadas com a mulher data de antes da independência. Durante a guerra anti-colonial foi criada a Organização da Mulher Angolana – OMA (1962), com o objectivo de promover o papel das mulheres e dar suporte à campanha nacionalista. A OMA, além de organizar a participação das mulheres dentro do MPLA, interligava-as com mulheres que pertenciam a outras organizações de diversos países, envolvidos directa ou indirectamente com a luta anti-colonial (e.g. Federação Democrática Internacional das Mulheres – FDIM, Federação das Mulheres Cubanas -FMC).

Durante o período da guerra as mulheres da OMA realizaram todo tipo de actividades necessárias para a continuidade da luta anti-colonial, trabalharam como tradutoras, redigiam relatórios, muitas vezes faziam a ponte entre os nativos (ouviam as suas queixas e reclamações) e os combatentes. Trabalharam na sensibilização e mobilização das mulheres para a causa anti-colonial, no envio para as bases de roupas e mantimentos, no desenvolvimento de pequenas acções de formação, na alfabetização das mulheres, das crianças e por vezes dos combatentes, na realização de trabalhos de apoio (cozinhar, limpar, lavar, etc.), no cultivo das lavras, na distribuição de roupas para as crianças das escolas, etc. Sobre a relação entre a OMA e os combatentes, Rodrigues cita no seu diário: “...o Comissário recusa-se a fornecer camaradas para ajudar-me na lavra: que a OMA faça o seu trabalho e o guerrilheiro o seu¹⁸”..

Depois da independência, a OMA continuou actuante, promovendo pequenas acções de formação, protegendo as mulheres nas questões familiares, de saúde e de justiça. Com o processo de transição para o multipartidarismo, a OMA deixou de estar relacionada directamente com o governo e assumiu o estatuto de organização político-partidária do MPLA. Assim, em substituição a OMA na esfera governamental foi criada em 1991 a Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher – SEPDM. Esta instituição tinha como missão: “definir, propor, promover e executar a política do Estado no domínio da promoção da mulher em todas as áreas da vida política, económica e social

¹⁸ Rodrigues 2003: 178;

nacional, materializando a igualdade entre mulheres e homens consagrada na Lei Constitucional, em colaboração com outros órgãos de Estado¹⁹”.

A actividade desenvolvida pela Secretaria não teve o impacto necessário para alterar a situação de desigualdade da mulher em Angola. Durante os seis anos de existência, a Secretaria concentrou as suas actividades na sua própria expansão e na realização e participação em eventos relacionados com a situação da mulher na sociedade angolana tais como: “Políticas Sexualmente Neutras”, “Mulher e sua Participação no Poder Público”, “1ª e 2ª Conferências Nacionais sobre a Mulher”, “5ª Conferência Regional Africana sobre a Mulher”, “4ª Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher”. Devido à formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional – GURN, a SEPDM foi transformada em Abril de 1997 no Ministério da Mulher, funcionando até Setembro de 1997, quando adoptou a sua actual designação de Ministério da Família e Promoção da Mulher – MINFAMU. De acordo com o seu estatuto orgânico, aprovado pela Assembleia Legislativa em 1997, este órgão de governo encarrega-se de “definir e executar a política nacional para a defesa e garantia dos direitos da mulher inserida na família e na sociedade em geral”.

A actuação do MINFAMU está mais directamente relacionada com as questões da família, violência e da saúde da mulher (SIDA, nutrição, cuidados maternos, etc.). Nestas áreas de actuação, o MINFAMU conta com o auxílio da comunidade internacional. Este ministério não é uma prioridade para o governo angolano. De entre os ministérios, este é o que tem o menor orçamento, projectado para 0,01%²⁰ em 2008.

A participação da angolana também não é uma prioridade, mesmo na esfera, pública em nenhum dos níveis de governo. Dos 29 Ministros de Estado, as mulheres eram titulares de três pastas e dos 45 vice-ministros, apenas cinco são mulheres. No parlamento, do total de 220 deputados, apenas 36 são mulheres (27 no MPLA, seis na UNITA, três no PLD). Na governação local, entre os 18 governadores de províncias e os 37 vice-governadores, só há uma mulher²¹. Entre os 161 Administradores municipais apenas três são mulheres e entre os 347 administradores comunais, apenas cinco são mulheres. Na administração Pública, em 1998, os homens ocupavam cerca de 60% dos empregos e 66% dos cargos profissionais (técnicos, médios e superiores). No poder judiciário as mulheres ocupam apenas 13,3% dos

¹⁹ Ministério da Família e Promoção da Mulher 2001;

²⁰ Ministério das Finanças 2007;

²¹ Francisca do Espírito Santo, Vice-governadora de Luanda, assumiu o governo da Província em Fevereiro de 2008;

cargos²². Na carreira diplomática a desigualdade repete-se: dos 72 embaixadores apenas dois são mulheres e dos 12 cônsules, dois são mulheres²³.

Ainda no que se refere a participação política, a nova legislatura parece promover melhorias no cenário acima apresentado já que, na lista do círculo nacional dos dois maiores partidos houve uma maior inclusão de mulheres, o MPLA apresentou 39 candidatas nos 100 primeiros lugares da lista e a UNITA 31 candidatas. Durante toda a campanha a questão de género foi sempre abordada tendo a maior parte dos partidos assumido um compromisso público com a inclusão de género e os compromissos assumidos por Angola no âmbito da SADC.

Parte 3 - O espaço público no contexto das recentes eleições legislativas de Angola

A assembleia Legislativa empossada em 1992 só terminou a sua legislatura em 15 de Julho de 2008, depois de 16 anos no poder. Angola realizou nos dias 5 e 6 de Setembro²⁴ as segundas eleições legislativas na história do país. Das 34 candidaturas de 24 partidos e 10 coligações que se apresentaram ao pleito eleitoral deste ano, o Tribunal Constitucional considerou aptos 4 coligações e 10 Partidos aptos a concorrer. O financiamento para a realização da campanha (1,275 mil milhões de Kwanzas, cerca de 1,200 milhões de dólares americanos por partido) foi liberado para 12 partidos entre os dias 4 a 7 de Agosto²⁵, ou seja, com a campanha já iniciada, o que reduziu a capacidade de organização dos partidos com menor estrutura. De acordo com a CNE “o atraso na entrega do dinheiro aos partidos deve-se a eles mesmos (os partidos) porquanto não estão a cumprir os requisitos exigidos pela CNE, ente eles a criação de uma conta especial do partido e a indicação de um administrador eleitoral para gerir o dinheiro²⁶”

²² MINFAMU 2002;

²³ Afonso Pereira 2006: 251-254

²⁴ inicialmente previstas para serem realizadas somente no dia 5 mas por alegadas questões logísticas a votação foi estendida para o dia 6;

²⁵ Jornal de Angola, 7 de Agosto de 2008;

²⁶ Jornal de Angola, 5 de Agosto de 2008;

A sociedade civil²⁷ exerceu um importante papel na mobilização da sociedade e na monitorização do processo eleitoral de 2008, por meio de acções de sensibilização da população, divulgação de comunicados e relatórios. Nas acções de monitorização, a Associação Justiça, Paz e Democracia – AJPD refere-se a problemas como a oferta à eleitores de bens materiais (bicicletas e motocicletas) feitas por partidos políticos e por organizações que lhes são afectas, em acções de campanha política eleitoral, acompanhada da orientação do voto; a violência política pontual, ainda que de baixa intensidade e não generalizada, sem a responsabilização dos órgãos policiais e judiciais competentes²⁸. A PNASCAE, destaca que “os benefícios de estar no cargo são claros – existem inaugurações a cada minuto, o Presidente visita todos os cantos do país. A Lei Eleitoral veda o financiamento de campanhas eleitorais por instituições de Estado angolano (artigo 94, parágrafo 2), no entanto os observadores nacionais constataram que a campanha eleitoral de um dos partidos correntes usou dos bens públicos, uma violação dos princípios da imparcialidade e da transparência²⁹”

No que se refere aos *media*, houve parcialidade da cobertura jornalística no período eleitoral por parte de todos os órgãos públicos de telecomunicações. Sob o véu de uma suposta neutralidade, mas com conteúdos totalmente favoráveis ao partido no poder, o MPLA. A Rádio Nacional de Angola - RNA e Televisão Pública de Angola - TPA manipulavam o conteúdos das suas transmissões claramente a favor do partido no poder, tanto por meio da atribuição do tempo de noticiário destinado a cada partido (o tempo destinado a todos os partidos da oposição, se somados, não chegam ao tempo destinado ao MPLA), como por meio do conteúdo (em todos os programas não houve uma única crítica ao MPLA)³⁰. Vale

²⁷ Com destaque, dentre outras organizações, para: a Universidade Católica de Angola e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra que, em conjunto, realizaram uma conferência internacional sobre a sociedade civil e política em Angola, este foi um espaço livre de debate e contou com a participação de representantes do Estado, da sociedade civil angolana e da sociedade civil de cada país da África Austral; a *Open Society* que promoveu conferências provinciais com OSC com o objectivo de debater as principais questões referentes as eleições e uma mesa redonda com todos os partidos políticos e com OSC; a OMUNGA que promoveu através da criação e difusão de documentários a sensibilização em diversas localidades sobre a importância do voto e das eleições; a AJPD, que fez um acompanhamento em termo de legalidade das acções dos partidos políticos e da actuação da CNE. a Plataforma Nacional da Sociedade Civil Angolana para as Eleições – PNASCAE composta por representantes da sociedade civil das dezoito redes eleitorais provinciais. A PNASCAE por meio de observadores próprios e em parceria com a equipa de observadores da União Europeia, acompanhou em todas as províncias a preparação e o desenvolvimento do processo eleitoral e de apuração, embora em Luanda, não tivesse conseguido a acreditação da maior parte dos seus observadores.

²⁸ AJPD 2008;

²⁹ PNASCAE 2008: 1

³⁰ Embora no período de pré campanha já se tenha podido verificar a realização de diversos comícios na capital e no interior do país a campanha eleitoral teve início dia 5 de Agosto e para divulgação dos seus programas de governo, oficialmente, cada partido contou diariamente com 10 minutos na Rádio Nacional de Angola - RNA (das 18:35 as 20:35) e com 5 minutos na Televisão Pública Nacional - TPA (das 19:15 as 25:25).

ressaltar que o Jornal de Angola³¹, a RNA e a TPA são os únicos meios de Comunicação com cobertura em todas as 18 Províncias³².

O partido no poder ainda foi favorecido pelo uso de toda a estrutura pública, parte do tempo de antena da TPA, da RNA além de espaços no Jornal de Angola eram utilizados para publicidade governamental, por meio de anúncios dos ministérios ou de programas como “Reconstrução Nacional” (em substituição ao programa “Angola em Movimento”) cujo conteúdo, de forma geral, tratava sobre o crescimento e desenvolvimento conseguidos pelo governo durante os seis anos de Paz. Além disso o Presidente fez comícios, utilizando por vezes edifícios dos governos provinciais e deslocando-se para os mesmos utilizado aviões, carros e a segurança do Estado, ao que, evidentemente, os outros partidos não tinham acesso.

Conclusões

A sociedade civil angolana está a desenvolver um importante papel no que se refere a estruturação e desenvolvimento de um espaço público de discussão. As angolanas sempre deram o seu contributo, embora mais recentemente e em especial no período eleitoral, tenha se verificado uma diminuição na actuação das organizações de mulheres.

De modo geral, em função das características que se perceberam durante a campanha – do controlo total dos *media* e de alguns espaços de opinião pública – e em função da esmagadora maioria de assentos que, ao ser obtidos pelo partido no governo, poder-se-a verificar um cenário de fechamento do espaço público da sociedade civil ou não, embora tudo dependa do entendimento que o governo e o partido vencedor – o MPLA fizerem da necessidade crítica civil para a governação.

³¹ No que se refere ao Jornal de Angola destaca-se comentários como os abaixo citados: “O mérito principal pela tranquilidade e estabilidade que caracteriza a situação em Angola, neste momento, depois de 27 anos de guerras, tem de ser atribuído ao governo e ao partido no poder, o MPLA. Pode-se ser da oposição, mas não será honesto negar essa verdade irrefutável. De igual modo, não é honesto negar a importância e o impacto das obras que o governo está a fazer, desde que a guerra cessou”. Jornal de Angola, coluna Palavras a Solta “A Campanha”, João Melo, 11 de Agosto de 2008. “Se o eleitorado tivesse de votar em propostas políticas *consentâneas com a realidade nacional*, as eleições estariam a partida decididas. A excepção do MPLA, que se esforça por fazer chegar ao público um programa político com cabeça, tronco e membros, a campanha eleitoral está caracterizada por um amontoado de fantasias despojado de propostas alternativas”. Jornal de Angola, coluna Palavra do Director, José Ribeiro, 17 de Agosto de 2008-08-18; “O MPLA continua a ser o único partido que apresenta propostas concretas, metas e números a alcançar entre 2009 e 2012. Os demais limitam-se a criticar o MPLA e a fazer, quando muito, promessas abstractas”. Jornal de Angola, coluna Palavras a Solta, “Eleições e Mentiras”, João Melo, 18 de Agosto de 2008. “MPLA leva multidão ao bairro do Zango”. Manchete do Jornal de Angola, 3 de Agosto de 2008 (ainda em pré campanha). “Angola a caminho da educação para todos, triplicou o número de alunos no sistema educativo angolano”. Manchete do Jornal de Angola, 15 de Agosto de 2008. “Católicos agradecem apoio do Presidente da República”. Manchete do Jornal de Angola, 18 de Agosto de 2008

³² A Rádio Ecclésia já está com a estrutura pronta para emitir em diversas Províncias mas ainda não recebeu autorização governamental;

Torna-se entretanto claro que, uma maior abertura no espaço de participação, só será alcançada por meio de um maior envolvimento da população na esfera pública, além da integração a nível económico e social. As acções específicas empreendidas pela sociedade civil foram e são fundamentais para a inclusão das populações no espaço de participação, porém, é necessário enveredar por acções de carácter estrutural e de médio-longo prazo, a fim de se poder influenciar de forma significativa a orientação das políticas públicas no que concerne aos espaços de participação.

Bibliografia

- Abreu, Cesaltina, 2008, “A Sociedade Civil em Angola e os seus Desafios Internos e Externos” In: Vidal, Nuno; Pinto de Andrade, Justino, *Sociedade Civil e Política em Angola, Enquadramento Regional e Internacional*. Lisboa e Luanda: Firmamento;
- Afonso Pereira, Aline, 2006, “Género e Desenvolvimento em Angola”, In Vidal, Nuno; Pinto de Andrade, Justino, *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, Lisboa e Luanda: Firmamento;
- AJPD ,2008, *Tomada de posição sobre factos relacionados com as eleições em curso em angola*, Luanda;
- Chabal, Patrick, 2008, “*Twilight Zone: Sociedade Civil e Política em Angola*” In: Vidal, Nuno; Pinto de Andrade, Justino, *Sociedade Civil e Política em Angola, Enquadramento Regional e Internacional*. Lisboa e Luanda: Firmamento;
- Hodges, Anthony, 2002, *Angola: Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Principia, Lisboa, Portugal;
- Ministério da Família e Promoção da Mulher, 2001, *Boletim Informativo*, Luanda;
- Ministério da Família e Promoção da Mulher, 2002, *Levantamento Estatístico*, Luanda;
- Pacheco, Fernando, 2006, “Sociedade Civil e a Construção da Democracia em Angola” In: Vidal, Nuno; Pinto de Andrade, Justino, *O Processo de Transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa e Luanda: Firmamento;
- Pacheco, Fernando, 2008, “Sociedade Civil em Angola: Ficção ou Agente de Mudança?” In: VIDAL, Nuno; PINTO DE ANDRADE, Justino. *Sociedade Civil e Política em Angola, Enquadramento Regional e Internacional*. Lisboa e Luanda: Firmamento;
- PNASCAE, 2008, *Impressão Geral do Processo Eleitoral em Angola*, Centro de Coordenação Nacional, Luanda;

Vidal, Nuno, 1997, *Estratégia de Desenvolvimento Participativo Enquanto Estímulo de Capacidades Empresariais: O projecto “Kuije 91” em Malange. Dissertação de Mestrado.* ISCTE, Lisboa;

Vidal, Nuno, 2008, “Política, Sectores Sociais e Sociedade Civil em Angola” In: Vidal, Nuno; Pinto de Andrade, Justino, *Sociedade Civil e Política em Angola, Enquadramento Regional e Internacional.* Lisboa e Luanda: Firmamento;

Ministério das Finanças, 2007, *Orçamento Geral do Estado da República de Angola. Exercício 2008,* Luanda;

Relatório da Primeira Conferencia Nacional da sociedade Civil, 2007, Luanda.

Rodrigues, Deolinda, 2003, *Diário de um exílio sem regresso,* Luanda: Nzila, 2003.